

EDUCAÇÃO ESPECIAL-INCLUSIVA E AS CONTRADIÇÕES HISTÓRICAS EXPOSTAS NA PANDEMIA: necessárias reflexões *post festum*

EDUCACIÓN ESPECIAL-INCLUSIVA Y LAS CONTRADICCIONES
HISTORICAS EXPUESTAS EN LA PANDEMIA: necesarias reflexiones *post
festum*

SPECIAL-INCLUSIVE EDUCATION AND THE HISTORIC
CONTRADICTIONS EXPOSED IN THE PANDEMIC: necessary reflections
post festum

Luciana de Oliveira Rocha Magalhães¹ 

Aliciene Fusca Machado Cordeiro² 

Resumo

Com a pandemia do COVID-19, houve um acirramento e desvelamento de precarizações e defasagens históricas carregadas pelas escolas, notadamente a pública. Neste artigo trazemos uma análise da dimensão subjetiva dos impactos da pandemia acerca do processo de escolarização de estudantes com deficiência na perspectiva da Psicologia Sócio-histórica. Consoante aos preceitos marxistas, consideramos o termo *post festum*, ou seja, a possibilidade de uma análise crítica de um fenômeno depois do calor dos acontecimentos em que se deram, para que possamos apreender a complexidade de suas determinações constitutivas. As discussões apresentadas foram geradas a partir das informações produzidas e analisadas em uma pesquisa em andamento financiada pela CAPES acerca dos impactos da COVID-19 na Educação Básica no Brasil, contando com a participação dos Programas de pós-graduação na área da Educação de quatro universidades: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Universidade de Joinville (UNIVILLE), Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN) e Universidade Federal do Piauí (UFPI). A construção da análise está sendo realizada por meio do procedimento dos Núcleos de Significação e já vem evidenciando importantes significações por parte dos professores, gestores e estudantes participantes da pesquisa. Contudo chama atenção o silenciamento e ausência de discussões referentes aos estudantes com deficiência. Essa exclusão, aponta para necessidade de refletir sobre como muitos estudantes com deficiência foram excluídos dos processos emergenciais de educação remota; a falta de acessibilidade, como possibilidade de usufruir do direito educacional, dentre outros movimentos excludentes e capacitistas.

¹ Doutora em Educação: Psicologia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Universidade de Taubaté – UNITAU. Profa. Graduação – Pedagogia e Mestrado Profissional em Educação. Taubaté. São Paulo. Brasil. E-mail: luciana.magalhaes@unitau.br

² Doutora em Educação: Psicologia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP). Universidade da Região de Joinville - UNIVILLE. Profa. Programa de Pós-Graduação em Educação. Joinville. Santa Catarina. Brasil. E-mail: aliciene_machado@hotmail.com

Como referenciar este artigo:

MAGALHÃES, Luciana de Oliveira Rocha; CORDEIRO, Aliciene Fusca Machado. Educação Especial-Inclusiva e as contradições históricas expostas na pandemia: necessárias reflexões *post festum*. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 27, e8261, 2025. DOI: <http://doi.org/10.22196/rp.v22i0.8261>

Palavras-chave: Educação inclusiva. Educação especial. Pandemia. Psicologia Sócio-histórica.

Resumen

Con la pandemia del COVID-19, hubo una intensificación y rebelaciones de precaridades y deudas históricas llevadas por las escuelas, notadamente la pública. En este artículo traemos un análisis de la dimensión subjetiva de los impactos de la pandemia en relación con los procesos de escolarización de estudiantes con deficiencia en la perspectiva de la Psicología Sociohistórica. En consonancia con los preceptos marxistas, consideramos el término *post festum*, o sea, la posibilidad de un análisis crítico de un fenómeno después del calor de los acontecimientos en que se dieron, para que podamos aprehender la complejidad de sus determinaciones constitutivas. Las discusiones presentadas fueron generadas a partir de las informaciones producidas y analizadas en una investigación en andamio financiada por la CAPES acerca de los impactos del COVID-19 en la educación básica en Brasil, contando con la participación de los Programas de Pos-graduación en el área de la educación de cuatro universidades: Pontificia Universidad Católica de São Paulo (PUC-SP), Universidad de Joinville (UNIVILLE), Universidad Estadual de Rio Grande do Norte (UERN) y Universidad Federal de Piauí (UFPI). La construcción del análisis está siendo realizado por medio del procedimiento de los Núcleos de Significación y ya está evidenciando importantes significaciones por parte de los profesores, gestores y estudiantes participantes de la investigación. A pesar de ello, llama la atención el silenciamiento y la ausencia de discusiones referentes a los estudiantes con deficiencia. Esa exclusión, muestra la necesidad de reflexionar sobre cómo los estudiantes con deficiencia fueron excluidos de los procesos emergenciales de la educación remota; la falta de accesibilidad, como posibilidad de usufruir del derecho educacional, entre otros movimientos excluyentes y capacitistas.

Palabras clave: Educación inclusiva. Educación especial. Pandemia. Psicología Sociohistórica

Abstract

With the COVID-19 pandemic, there has been an intensification and unveiling of precariousness and historical gaps carried by schools, notably public schools. In this article, we present an analysis of the subjective dimension of the impacts of the pandemic on the schooling process of students with disabilities from the perspective of Socio-historical Psychology. In line with the Marxist precepts, we consider the term *post festum*, that is, the possibility of a critical analysis of a phenomenon after the heat of the events in which they occurred, so that we can grasp the complexity of their constitutive determinations. The discussions presented were generated from the information produced and analyzed in an ongoing research funded by CAPES about the impacts of COVID-19 on Basic Education in Brazil, with the participation of the postgraduate programs in the area of Education of four universities: Pontifical Catholic University of São Paulo (PUC-SP), University of Joinville (UNIVILLE), State University of Rio Grande do Norte (UERN) and Federal University of Piauí (UFPI). The analysis is being carried out through the procedure of the Significance Centers and has already highlighted important meanings on the part of the teachers, managers and students participating in the research. However, the silencing and lack of discussions regarding students with disabilities is noteworthy. This exclusion points to the need for reflection on how many students with disabilities were excluded from emergency remote education processes; the lack of accessibility as a possibility of enjoying the educational right, among other exclusionary and ableist movements.

Keywords: inclusive education; special education; pandemic; Socio-historical Psychology.

Introdução

A categoria historicidade utilizada por Karl Marx em sua obra é fundamental para entender a realidade e suas contradições. Seu fio condutor é a ideia de que a história é determinada pelas condições materiais existentes e pelas relações de produção que a sociedade demanda: é dentro dessas estruturas que as contradições surgem, se desenvolvem e transformam a sociedade. A historicidade, com efeito, refere-se ao processo continuado em que os seres humanos, por meio de suas atividades e relações de produção, transformam o mundo e, dialeticamente, são transformados por ele. Isso significa que a realidade não é estática, ela está em constante movimento, em constante transformação e é determinada pela estrutura e superestrutura de cada momento histórico.

Nessa medida, é fundamental carregar consigo a categoria historicidade quando da análise das contradições presentes na educação especial-inclusiva (par dialético que representa a Educação Especial numa perspectiva Inclusiva), especialmente durante a pandemia entre 2020 e 2021, quando estas contradições ficaram particularmente evidentes. As dificuldades que emergiram durante a crise sanitária não eram fenômenos novos, pelo contrário, revelaram problemas históricos enraizados, tanto na formação docente quanto na gestão escolar, especialmente no setor público: a pandemia de COVID-19 expôs, de maneira intensa, a precarização e a defasagem estrutural que afetam o setor educacional, tanto nas condições de trabalho, quanto na formação docente massificada e aligeirada (Pagaipe *et al.*, 2022). Na configuração da educação especial-inclusiva durante a pandemia de Covid-19, o conceito de historicidade nos leva a refletir sobre como as políticas educacionais e as práticas de inclusão escolar são determinadas pelas condições econômicas, políticas, sociais e culturais hodiernas. A educação especial-inclusiva, que busca incluir educandos com deficiência no ambiente escolar regular, não foi constituída verticalmente por uma legislação criada por uns poucos; ao contrário, ela é parte importante de uma luta histórica contra as estruturas de um sistema educacional excludente eivado de

preconceitos e segregações praticadas no passado longínquo e recente. Martins (2009, p. 10), já nos alertava para “o equívoco das palavras que rotulam”, quando tensionava o que a sociedade chama de exclusão. “[...] Não existe exclusão: existe contradição, existem vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes [...]” (Martins, 2009, p. 14). Essas contradições gestam dialeticamente as relações educacionais, como todo fenômeno constituinte da realidade, notadamente em circunstâncias sociais agudas, como a que se verificou no período em que a pandemia de COVID-19 assolou o país.

Um dos fatos mais marcantes da educação no período pandêmico foi a brusca e inesperada migração para o ensino remoto, expondo as fragilidades das estruturas educacionais então existentes e a falta de capacidade célere de adaptação às necessidades específicas dos estudantes com deficiência. Com efeito, ficaram escancaradas muitas contradições das quais pode-se destacar a falta de acessibilidade equânime aos recursos tecnológicos, a desvalorização do trabalho docente exigindo destes um esforço hercúleo para tentar compensar a inoperância e incompetência dos poderes constituídos, e o agravamento da situação de exclusão educacional e social dos educandos com deficiência.

Essas três incongruidades apareceram diuturnamente durante a pandemia de COVID-19, e não vieram isoladamente, mas imbricadas, potencializando sinergicamente seu poder de destruição de algo que já se constituía tão frágil, como a educação no Brasil, destacadamente na educação especial-inclusiva. Muitos dos estudantes com deficiência, por exemplo, já sofriam sob um parque tecnológico, sob estratégias assistivas precarizadas, elitizadas, e foram rápida e sumariamente varridos do cenário das preocupações governamentais, sendo tirado dos estudantes o pouco suporte presencial que tinham e suprimido o já parco apoio que, a custo de muita luta, tinham recentemente começado a utilizar (Brasil, 1999; Brasil, 2008); estas ferramentas assistivas, contudo, não foram adequadas ao ensino remoto adotado então. Quanto mais elevado era o grau de dependência do educando com deficiência, segundo as limitações que a deficiência lhe impunha, maior o grau de isolamento e exclusão a que foi exposto. As condições materiais (infraestrutura, preparação dos professores, etc.) não estavam adequadas para enfrentar uma crise dessa magnitude, mas, pior do que isso, foi revelado nesse processo o quão frágil estava a estrutura do

sistema educacional especial-inclusivo, o quanto havia de discurso vazio na propagação do processo de educação especial-inclusiva, revelando-a muito mais frágil do que se estimava. Além disso, enquanto o discurso oficial promove a educação especial-inclusiva, as condições materiais e as relações de trabalho dos professores são perversamente precarizadas, com profissionais sobrecarregados e desrespeitados pelo alunato, familiares destes, gestores escolares, secretarias de ensino, governos, mídia, sociedade. Como depreende-se do que foi exposto por Marx em O Capital (Marx, 1867/2008), as relações de produção e a exploração do trabalho determinam diretamente a sociedade e suas instituições, incluindo a educação e seus trabalhadores mais evidenciados, os professores e as professoras.

1 A dialética de Vigotski: a relação inclusão-exclusão e suas implicações no processo de ensino-aprendizagem-desenvolvimento

O trabalho de Lev Vigotski, sustentado em Marx, oferece uma perspectiva incontornável para compreender as contradições observadas nesse período pandêmico com relação à educação especial-inclusiva, especialmente lançando mão dos instrumentos de análise da Psicologia Sócio-histórica, destacadamente a categoria historicidade.

Vigotski, estudioso da dialética marxista, enfatiza que o desenvolvimento humano e o aprendizado são processos sociais mediados pela cultura e pelas relações sociais. “Qualquer função psicológica superior foi externa – significa que ela foi social; antes de se tornar função, ela foi uma relação social entre duas pessoas” (Vigotski, 1929/2000, p. 24).

Nesse sentido, a exclusão de educandos com deficiência do processo de ensino-aprendizagem durante a pandemia de COVID-19 dificultou essas relações, prejudicando juntamente o seu desenvolvimento, visto o imbricamento existente entre os elementos do terno dialético ensino-aprendizagem-desenvolvimento.

Por seu lado, o par dialético inclusão-exclusão, evidencia uma contraposição que se movimenta pelas contradições que essa contraposição suscita, ou seja, durante a pandemia a educação especial-inclusiva foi constantemente tensionada pelos retrocessos ocorridos sobre uma situação já precária, mas, no entanto, em ritmo de

desenvolvimento consoante às condições históricas e materiais anteriores ao período pandêmico: as duas primeiras décadas do século XXI foram bastante prolíficas para a inserção da pauta inclusiva nos meios acadêmicos, midiáticos e governamentais, mas sempre revestidos sub-repticiamente por uma conveniente névoa que, muita vez, impediu que o processo educacional inclusivo tivesse conquistas significativas e consolidadas.

Isso nos leva a pensar em quão complexa é a tal da “inclusão” de estudantes com deficiência na escola! Um par dialético se faz aqui: exclusão-inclusão. Se precisamos incluir, é porque há exclusão. E este é um assunto polêmico, sempre relacionando diferenças e desigualdades socioeconômicas das formas mais cruéis, o que nos faz questionar: falamos de exclusão social ou de inclusão precária? Apenas duas formas de se falar sobre a mesma realidade (Magalhães, 2021, p. 209).

Para ajudar a desvelar essas nuances da realidade onde a essência está cortinada pelas aparências socialmente construídas, Bock, Gonçalves e Furtado (2007), Magalhães (2021), Sawaia (2014) e outros sugerem a perspectiva da Psicologia Sócio-histórica, ancorada em Marx e Vigotski, pois ela permite uma análise crítica das desigualdades sociais e, nesse caso, educacionais, oferecendo ferramentas para a superação dessas contradições, notadamente a categoria historicidade, pois esta revela o quão revelador é compreender o movimento das contradições. A análise materialista histórico-dialética realizada por Marx e Vigotski em seus estudos, oferece um fio condutor de investigação, prospecção de informações e conhecimento e análise que possibilita entender e superar essas contradições, propondo alternativas estratégicas mediatas, necessárias para operar mudanças suficientes nas condições materiais e sociais de maneira a poder criar bases sustentáveis para desenvolver um processo de inclusão permanente, impreterivelmente constituído pela auto-organização e autoformação de educadoras e educadores calcados na realidade política, mas na perspectiva da emancipação humana (Luxemburgo, 1899/1970; Marx & Engels, 1845/1979).

A chave para que a investigação sobre a educação nesse período pandêmico não se iluda com aparências enganadoras que tentam imputar na pandemia todos os problemas descartando a realidade anterior a pandemia, ou seja, uma educação

pública que já sofria com uma infraestrutura básica precarizada, escassez e falta de investimentos apropriados na distribuição dos recursos tecnológicos e, culminando, uma política estruturada historicamente para a desvalorização do trabalho docente, intentando, inclusive, eliminar parte dessa atividade.

Corroborando o que até aqui foi dito, Cipriani, Moreira e Carius (2021), afirmam que a crise da pandemia apenas revelou muitos problemas, a maioria deles resultante dessa precarização de longa data da educação. Os autores asseveram que essa situação só pode ser compreendida se considerarmos em nossa análise os processos de formação docente, de gestão escolar e de desigualdade social. A pandemia revelou de pronto o desprovimento da formação continuada de professores em todos os níveis, no que se refere a novas estruturas pedagógicas alicerçadas em tecnologias digitais, déficit este destacadamente mais crítico no ensino básico da escola pública. Também foi no setor público da educação que se manifestou de maneira mais fragilizada a capacidade das gestões escolares de coordenarem a formulação e execução célere de políticas públicas que viabilizassem a generalização do ensino remoto a todos que, como vimos, foi usufruído apenas por uma parcela dos estudantes, justamente aqueles que tinham mais condições socioeconômicas, mais capital cultural (Bourdieu, 2007), revelando que a desigualdade social foi determinante ao acesso à educação no período.

Conclui-se desse quadro que essas questões estruturais são o resultado de um longo processo de esboroamento das políticas públicas acompanhado da diminuição sistemática das verbas que chegam de fato na educação básica, nas escolas públicas, tanto mais periféricas, tanto mais negligenciadas.

1.1 As relações de produção e a educação à luz do materialismo histórico-dialético

Para compreender a precarização da educação no Brasil na perspectiva do método de análise de Karl Marx, é necessário contextualizá-la dentro das relações de produção que estruturam a sociedade capitalista. Também em O Capital, Marx argumenta que as instituições sociais, incluindo a educação, fazem parte da superestrutura do sistema determinada dialeticamente pela estrutura estando, assim,

imersas em uma lógica de reprodução das desigualdades econômicas e sociais. No caso da educação – que desfruta de espaços físicos, sociais e teórico-metodológicos que abrigam importantes contradições face a luta liberal para a manutenção do *status quo*, de um lado, e a luta libertária para a superação desse *status quo* – a precarização docente aqui citada e a gestão pública inapropriada e/ou perversa são, em grande parte, determinadas pelos interesses na manutenção da exploração do trabalho e da consequente concentração de renda, poder e recursos em mãos do setor privado.

A escola não é a alavanca da transformação social, mas essa transformação não se fará sem ela, não se efetivará sem ela [...] um local de debate, de aprofundamento das questões sociais e políticas [...] onde todas as ideias possam ser discutidas, onde todas as posições possam manifestar-se, onde o debate e a crítica tenham audiência (Gadotti, 1980/2005, p. 73).

Esse processo de precarização da educação deve, portanto, ser compreendido como uma manifestação dos efeitos da implementação de mecanismos que protegem a exequibilidade da lógica do capital, priorizando o lucro e a sua abominosa acumulação, desviando investimentos que deveriam ser destinados para áreas essenciais como a da educação pública. O resultado dessa lógica aplicada cronicamente é o cenário com que nos deparamos antes, durante e após a pandemia: uma rede de escolas públicas desprovidas de infraestrutura mínima necessária, administrada por uma equipe gestora que assiste a materialidade da situação de mãos amarradas pelas limitações de poder e recursos que se lhe impõem, incapazes, portanto, de promover quaisquer inovações significativas, e, finalmente, com docentes desprestigiados profissional e financeiramente, intencionalmente sobrecarregados para economizar para o sistema e para exaurir parte de suas forças que poderiam ser destinadas à luta política por melhores condições de trabalho. Exemplo dessa última observação são as raríssimas manifestações hodiernas do professorado e o número reduzidíssimo de participantes nas poucas em que ainda há. Esse cenário, com efeito, corrobora o que Marx denomina contradição entre capital e trabalho, em que as necessidades humanas, como a educação, ficam em segundo plano diante dos interesses de acumulação de capital devido à desproporção da correlação de forças do poder político-institucional entre detentores dos meios de produção (capitalistas) e a

força de trabalho.

A pandemia, dessarte, não criou essa situação, como muitos à época quiseram fazer parecer – aí, mais uma vez a categoria historicidade nos ilumina o caminho –, ela apenas operou como um catalisador dessas contradições que já existem cronicamente na sociedade. O ensino remoto emergencial que se intentou infrutiferamente implementar revelou que o discurso sobre a necessidade de manter uma educação inclusiva e de qualidade durante a pandemia era mais uma falácia perversa, pois as condições materiais para a realização dessa modalidade de educação nunca chegaram a ser consentâneas. Muitos alunos não possuíam acesso adequado à internet e os professores não dispunham de formação técnica e pedagógica suficiente para atuar em ambientes virtuais. Assim, então, ficou escancarado o abismo existente entre o discurso propagado pelos agentes responsáveis pelas políticas educacionais e a escandalosa realidade concreta vívida existente nas escolas públicas.

Para piorar o quadro, a ausência de uma política pública coordenada nacionalmente, notadamente agravada com a falta de suporte governamental para lidar celeremente com a transição para o ensino remoto, resultou em mais medidas improvisadas e não equânimes, que variaram segundo a localização geográfica e a infraestrutura pré-existente em cada escola (Pesce, Voigt, Cordeiro, 2023). Isso determinou um aprofundamento ainda maior nas desigualdades educacionais já presentes, afetando de forma mais severa os estudantes de classes mais baixas e regiões mais pobres, onde a rede pública de ensino é mais fragilizada. O Estado, portanto, ao não cumprir seu papel em face das urgências impostas pela pandemia sobre um parque educacional precarizado contribuiu para agravar a inoperância dos esforços empenhados pela gestão escolar e pelo professorado, além, é claro, das famílias que se quedavam impotentes diante da situação caótica que se lhe apresentava.

É importante deixar explícito que a pandemia trouxe desafios para todo o sistema educacional, mas impactou mais severamente os grupos mais fragilizados, mais necessitados de suporte assistivo, especialmente os estudantes com deficiência. Realizar uma avaliação crítica da dimensão subjetiva desses impactos é crucial, especialmente à luz da Psicologia Sócio-histórica, que se baseia no Materialismo

Histórico-dialético. Essa abordagem permite compreender as relações complexas entre indivíduo e sociedade, destacando como as condições sociais e históricas constituem as experiências subjetivas dos estudantes em geral e desses estudantes sujeitos da educação especial-inclusiva, em particular.

A Psicologia Sócio-histórica, conforme proposto por autores como Aguiar & Bock (2009) e Magalhães (2021), enfatiza a importância de considerar o contexto social e histórico na análise das experiências humanas. Durante a pandemia, os estudantes com deficiência enfrentaram barreiras significativas, como o acesso limitado à tecnologia, a falta de formação apropriada dos educadores e a ausência de suporte emocional e social. Essas dificuldades não apenas afetaram o desenvolvimento ressurto pelo processo de ensino-aprendizagem, mas também os atingiram emocionalmente, impactando sua autoestima, sua motivação e sensação de pertencimento.

A análise crítica sob a orientação do Materialismo Histórico-dialético revela que essas experiências subjetivas não são meramente individuais, mas estão enraizadas em condições sociais que perpetuam desigualdades. O ensino remoto, por exemplo, expôs as fragilidades de um sistema que muitas vezes não considera as necessidades específicas de cada estudante. A falta de adaptações curriculares e de apoio adequado contribuiu para um ambiente de exclusão que, em última instância, afeta a formação da identidade e a autonomia dos alunos.

É essencial para compreender as contradições existentes na educação operar a avaliação crítica das significações dos estudantes com deficiência sobre suas experiências durante a pandemia, sendo elemento valioso para novas construções de práticas pedagógicas mais inclusivas. Descartá-los como agentes de mudança é não respeitar a máxima “nada por nós sem nós” que move o pensamento contemporâneo mais progressista de luta pelos direitos da pessoa com deficiência. Além disso, a crítica das condições sociais que limitam a inclusão deve ser acompanhada por ações concretas que promovam a transformação social. Isso implica repensar as políticas educacionais, capacitar os educadores e criar ambientes de aprendizado que respeitem a perspectiva especial-inclusiva, considerando as particularidades de cada aluno. Somente assim será possível superar as barreiras que historicamente marginalizam estudantes com deficiência. A Psicologia Sócio-histórica fundamentada no Materialismo

Histórico-dialético, foi pensada por Silvia Lane, desde o início, como forma de oferecer uma estrutura analítica valiosa para entender a realidade, permitindo não apenas a identificação das contradições existentes, mas também a formulação de estratégias que promovam a inclusão efetiva, consoante à tese 11 elaborada por Marx e Engels (1845/1979). Silvia Lane sempre insistiu que a transformação que desejamos na educação incontornavelmente requer um compromisso coletivo com a equidade e o respeito à diversidade, colocando as vozes dos estudantes no centro do processo educacional. “O ser humano traz consigo uma dimensão que não pode ser descartada, que é sua condição social e histórica, sob o risco de termos uma visão distorcida (ideológica) de seu comportamento” (Lane, 1985, p. 12).

1.2 O privilégio de analisar criticamente a partir de um mirante localizado no futuro: a necessária perspectiva *post festum*

Na concepção marxista, o termo *post festum* significa a possibilidade de realizar uma análise crítica de um fenômeno depois do calor dos acontecimentos em que se deram, para que possamos apreender a complexidade de suas determinações constitutivas. Temos que olhar a realidade com o olhar da contradição para que nossa síntese contemple o movimento e não seja uma pseudo-síntese estática e unidimensional, tal como uma fotografia do passado que pode ser tudo o que o investigador quiser enxergar (Magalhães, 2021). Essa abordagem permite aos pesquisadores uma reflexão mais profunda sobre as complexidades e contradições que determinam e constituem a realidade social. Ao observar os eventos com uma perspectiva dialética *post festum*, consubstanciamos no complexo teórico-metodológico de análise uma ferramenta indispensável para entender os imbricamentos sociais em movimento, desnudando interpretações superficiais, unidimensionais ou dicotômicas construídas sob a anfibologia própria dos momentos em que as coisas acontecem e ainda não são bem compreendidas.

A abordagem dialética, fundamentada no método materialista histórico-dialético, propõe que a realidade é construída no movimento mesmo das contradições geradas entre diferentes forças sociais que constantemente se transformam. Nesse sentido, realizar uma análise *post festum* exige do pesquisador um olhar atento às contradições

e inter-relações que orbitam e determinam o fenômeno em estudo. Envolve, portanto, um esforço renhido, um compromisso inegociável com a rigorosidade, para poder capturar parte importante da complexidade das determinações sociais que constituem o fenômeno estudado. Essa complexidade é frequentemente ofuscada pelo imediatismo das situações, onde as emoções e reações podem obscurecer uma avaliação crítica e fundamentada. A partir de uma perspectiva marxista, o pesquisador deve reconhecer que os eventos não são isolados, mas estão interligados em uma teia de relações sociais, históricas e econômicas.

A análise crítica realizada após os eventos permite identificar as raízes estruturais das contradições que emergem na sociedade. Por exemplo, ao se analisar o impacto de um evento como uma crise econômica, é possível desvelar não apenas as consequências imediatas, mas também as condições que levaram a essa crise, como desigualdades sociais, políticas neoliberais de exploração e opressão e/ou a precarização de classes trabalhadoras. Essa compreensão da necessidade impreterível de assunção da “crítica desapiedada do existente”, *post festum*, se torna ainda mais relevante quando aplicada a áreas humanamente delicadas como a da educação, da saúde e dos direitos humanos, onde as implicações das políticas públicas nas relações sociais, para o bem ou para o mal, têm impactos mais profundos e mais duradouros.

A análise *post festum*, do ponto de vista teórico-metodológico, também deve ser vista como uma oportunidade obrigatória ao pesquisador para aprender com a revisita ao passado e suas revelações para se estruturar mais adequadamente nas investigações do presente. Assim, ao considerar a totalidade das relações sociais e as transformações históricas, a análise *post festum* oferece não apenas uma reflexão sobre o passado, mas um fundamento para a ação transformadora no presente, na dimensão política, na perspectiva da emancipação humana. Essa perspectiva é essencial para a construção de uma sociedade mais justa, onde a análise crítica se apresenta como ferramenta fundamental da estrutura social autogestionária ulterior.

2 Percorso metodológico

Entendendo que as explicações complexas são a “chave” para a compreensão dos fenômenos e que os processos históricos concretos se forjam de forma desigual e

contraditória, a pandemia para a história da educação especial-inclusiva revelou-se um período de contradições, momento em que as consequências do processo dialético exclusão-inclusão dos alunos com deficiência devem ser discutidas com maior aprofundamento. A perspectiva sócio-histórica será aqui enfatizada no intuito de trazer à discussão informações que estão sendo produzidas e analisadas em uma pesquisa em andamento financiada pela CAPES acerca dos impactos da COVID-19 na Educação Básica no Brasil, aprovada em 2021 e iniciada em 2022, contando com a participação dos Programas de pós-graduação na área da Educação de quatro universidades: [eliminado para revisão de pares], objetivando entender os impactos da Pandemia na Educação Básica. A construção da análise está sendo realizada por meio do procedimento dos Núcleos de Significação e já vem evidenciando importantes significações.

Neste artigo estão articuladas as significações de professores, gestores e estudantes do ensino fundamental II de uma escola pública municipal da periferia da cidade de São Paulo. As atividades com gestores, professores e estudantes foram realizadas separadamente. Sempre por meio do diálogo em grupo, os diferentes participantes foram convidados a dialogar sobre os impactos da pandemia no processo de escolarização. As informações foram produzidas com base em entrevistas, reuniões reflexivas e encontros de formação. Os diálogos gravados durante as ações em campo foram transcritos e compuseram as informações para a construção dos Núcleos de significação.

Destaca-se que em consonância com a base teórico-metodológica adotada o movimento analítico é um processo que dialeticamente se organiza e reorganiza, buscando sempre a apreensão do real para além da aparência.

Com isso, o que se pretende na análise da dimensão subjetiva da realidade não é somente apreender as significações dos sujeitos, mas também, com base nelas e nas mediações que as constituem, focar, iluminar e explicar o fenômeno. Portanto, o intuito é entender a articulação e constituição das significações concebidas por sujeitos em atividades, sejam estas sobre concepções de mundo produzidas na escola, sobre gestão escolar e educacional, além daquelas referentes a políticas públicas, leis, regimentos, propostas pedagógicas que formam os sistemas educacionais. Enfim, busca-se entender como essa

dimensão, que é subjetiva, movimenta a realidade (Aguiar, Aranha e Soares, 2021, p. 4).

Na sequência será apresentada a discussão do núcleo de significação intitulado: Silenciamento, invisibilidade, exclusão, desconexão... onde estavam os estudantes com deficiência durante a pandemia?, e por fim as considerações finais.

3 Silenciamento, invisibilidade, exclusão, desconexão... onde estavam os estudantes com deficiência durante a pandemia?

Ao realizar a leitura flutuante do material produzido nos encontros com professores, gestores e estudantes, foi se evidenciando o apagamento dos alunos com deficiência para esta comunidade escolar. Convocadas a refletir sobre essa ausência buscou-se discutir a dimensão subjetiva dos impactos da pandemia acerca do processo de escolarização de estudantes com deficiência na perspectiva da Psicologia Sócio-histórica.

No censo da educação básica em 2023, o número de matrículas da educação especial aumentou em 41,6% em relação a 2019, totalizando 1,8 milhão. O maior número está no ensino fundamental, que concentra 62,9% dessas matrículas (Brasil, 2024). Desta forma, o silenciamento que se revela na ausência desses estudantes nas falas sobre as reflexões sobre a pandemia e os processos de escolarização indica no mínimo uma inclusão perversa (Sawaia, 2014) em que os estudantes mesmo estando matriculados estavam desconectados da escola.

Nas poucas alusões aos estudantes com deficiência, segundo as diretoras a maior dificuldade em relação à inclusão escolar é em relação ao apoio pedagógico necessário, sendo recorrentes observações a respeito da presença de crianças com necessidades educacionais específicas sem o apoio de estagiários, gerando ilações de que a política pública é inoperante.

Com efeito, as dificuldades de que as políticas públicas sejam implantadas de forma a atender as necessidades das escolas é um fator que continua presente no pós pandemia. A necessidade de que as reuniões com as secretarias e as formações continuadas seja um espaço de diálogo se impõe, de forma que a escola possa realizar seu trabalho com todos os estudantes, algo que, historicamente sempre foi relegado,

notadamente no período da pandemia.

Ao nos apoiarmos em Vigotski e sua explanação sobre o desenvolvimento das funções mentais superiores, entende-se que todos os estudantes foram prejudicados durante a pandemia em seu desenvolvimento. Considerando que os estudantes com deficiência tiveram menos acesso às interações remotas, podemos inferir que os desafios postos para professores e estudantes com deficiência no retorno às aulas é muito maior que para os estudantes que não necessitavam de adaptações e tecnologias assistivas para acesso ao conteúdo.

[...] todas as funções superiores formaram-se não na biologia nem na história da filogênese pura - esse mecanismo, que se encontra na base das funções psíquicas superiores, tem sua matriz no social. Poderíamos indicar o resultado fundamental a que nos conduz a história do desenvolvimento cultural da criança como a sociogênese das formas superiores de comportamento (Vigotski, 1924-1931/2011, p. 864).

As implicações da ausência de condições para um trabalho mais próximo e constante com os estudantes com deficiência durante e após a pandemia aponta para a precariedade que eles têm para acessar seus direitos à educação. Assim, vai se configurando nesse movimento contraditório uma sobrecarga e uma responsabilização dos profissionais da escola pela educação especial-inclusiva, o que historicamente tem se decantado em adoecimento docente, estigma e culpabilização dos estudantes.

Em relação aos estudantes da pesquisa não se destacou durante a pesquisa realizada nenhuma fala referente aos colegas com deficiência. Muitos relataram sentir falta dos colegas de forma geral, mas ao mesmo tempo reconheceram a comodidade de estar em casa. Por outro lado, a impossibilidade de acessar a internet de forma adequada, a falta de mediação pedagógica qualificada e a sobrecarga das tarefas domésticas sob a responsabilidade dos estudantes foram elementos reconhecidos como comprometedores da aprendizagem e desenvolvimento por parte dos estudantes.

Todas as condições e significações problematizadas até aqui nos possibilitam refletir sobre como essas determinações vão constituindo a dimensão subjetiva da realidade escolar daqueles que têm alguma deficiência, seus professores, pais, gestores e colegas. Segundo Gonçalves e Bock (2009, p. 143):

A dimensão subjetiva da realidade estabelece a síntese entre as condições materiais e a interpretação subjetiva dada a elas. Ou seja, representa a expressão de experiências subjetivas em um determinado campo material, em um processo em que tanto o polo subjetivo como o objetivo transformam-se.

Cabe aqui então a questão: onde estavam os estudantes com deficiência durante a pandemia? Essa é uma pergunta retórica que tem respostas complexas, pois esses estudantes estavam, como muitos outros, alijados do conhecimento acadêmico e escolarizado. Eles estavam em compasso de espera, de um retorno que trouxe desafios imensos para os profissionais da escola pública. Mesmo em sua condição específica de pessoas com deficiência, eles ficam irmanados na desigualdade de acesso e de educação. Não por conta dessa ou daquela escola, mas pelo fato da pandemia trazer à tona a desigualdade que existe em relação aos bens que nos possibilitam adquirir conhecimento e consciência crítica para que as lutas pela igualdade se façam de forma mais consciente e digna.

Considerações finais

Trazer para discussão um tema silenciado é quebrar as correntes que nos atam ao que Chimamanda Ngozi Adichie chamou de “o perigo da história única” (Adichie, 2019). Não é porque algo ou alguém não é mencionado ou lembrado que ele é menos importante. Ao pesquisador crítico cabe indagar o campo empírico, mesmo nas ausências e questionar o “lugar vazio”.

A perspectiva do Materialismo Histórico-dialético nos permite fazer esse movimento, olhar por entre as fissuras e perceber que há algo que precisa ser conhecido, problematizado, teorizado, escutado.

A pandemia deixou marcas, mudou condutas e relações, conformou outras identidades, mas, para muitos, ela tem sido tratada como um passado embaçado.

Se o que mobilizou as construções analíticas aqui apresentadas foi a pergunta: onde estavam os estudantes com deficiência durante a pandemia? Para o fechamento deste trabalho, a pergunta que se faz é: onde queremos que os estudantes com deficiência cheguem em seu processo de escolarização no pós-pandemia?

Responder esse questionamento não diz somente sobre a educação especial-inclusiva, diz respeito a toda educação, pois lidar com a diversidade pede investimento não só em políticas públicas, mas em sua execução, nas condições de que elas saiam do papel e que dialoguem com comunidades e territórios específicos.

Indagar sobre os estudantes com deficiência e suas perspectivas educacionais considerando a história recente da pandemia é abrir possibilidades de pensar na educação que acontece DENTRO das escolas, com PROFISSIONAIS QUALIFICADOS, que com seu trabalho constituem e são constituídos dentro de uma COLETIVIDADE.

Referências

ADICHIE, Chimamanda N. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira; BOCK, Ana Mercês Bahia (Orgs). **A dimensão subjetiva da realidade**: uma leitura sócio-histórica. São Paulo: Cortez, 2009.

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira; ARANHA, Elvira Maria Godinho.; SOARES, Júlio Ribeiro. Núcleos de significação: análise dialética das significações produzidas em grupo. **Cadernos de Pesquisa**, v. 51, p. e07305, 2021. DOI: 10.1590/198053147305.

ALMEIDA, M. E. Bianconcini de; SILVA, M. da G. M. da. (Orgs.). **De Wuhan a Perdizes**: Trajetos educativos [recurso eletrônico]. São Paulo: EDUC, 2020. Capítulo 16. p.190-193. Disponível em: https://www.pucsp.br/educ/downloads/trajetos_educativos.pdf.

ALMEIDA, J. F. Ameaça da pandemia ao currículo: decifra-me ou devoro-te! In: **De Wuhan a Perdizes**: Trajetos educativos [recurso eletrônico] / Fernando José de Almeida, Maria Elizabeth B. de Almeida, Maria da Graça Moreira da Silva (orgs). - São Paulo: EDUC, 2020. Capítulo 10. p.108-125. Disponível em: https://www.pucsp.br/educ/downloads/trajetos_educativos.pdf.

BOCK, Ana Mercês Bahia A Psicologia Sócio-histórica: uma perspectiva crítica em Psicologia. In: GONÇALVES, Maria da Graça M.; FURTADO, Odair (Orgs.). **Fundamentos Teóricos da Psicologia Sócio-histórica**. São Paulo: Cortez, 2007.

BOURDIEU, Pierre. Os excluídos do interior. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Orgs.). **Escritos de educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

BRASIL. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração

da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção e dá outras providências. Brasília, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm.

BRASIL. **Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008**. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e de seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova Iorque, em 30 de março de 2007. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/legislacao>.

BRASIL. Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. **Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020**. DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Publicado em: 01/10/2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.502-de-30-de-setembro-de-2020-280529948>.

BRASIL. **Lei 13146 de 06 de julho de 2015**. Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 06 jul. 2015. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo da Educação Básica 2023**: notas estatísticas. Brasília, DF: Inep, 2024.

CIPRIANI, Flávia Marcele, MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa.; CARIUS, Ana Carolina. Atuação Docente na Educação Básica em Tempo de Pandemia. **Educação & Realidade** [online]. 2021, v. 46, n. 2. DOI: 10.1590/2175-6236105199.

DUARTE, Newton A anatomia do homem é a chave da anatomia do macaco: A dialética em Vigotski e em Marx e a questão do saber objetivo na educação escolar. **Educação & Sociedade**, ano XXI, nº 71, Julho/00. DOI: 10.1590/S0101-73302000000200004.

GADOTTI, Moacir. **Educação e poder**: Introdução à pedagogia do conflito. São Paulo: Cortez Editora, 1980/2005.

GONÇALVES, Maria da Graça M.; BOCK, Ana M. B. A dimensão subjetiva dos fenômenos sociais. In: GONÇALVES, Maria da Graça M.; BOCK, Ana M. B. (Orgs.). **A dimensão subjetiva da realidade**: uma leitura sócio-histórica. São Paulo: Cortez, 2009.

LANE, Sílvia Tatiana Maurer A Psicologia Social e uma nova concepção do homem para a Psicologia. In: LANE, Sílvia Tatiana Maurer; CODO, Wanderley (Orgs.). **Psicologia Social** – o homem em movimento. São Paulo, Editora Brasiliense, 1985.

LUKÁCS, George. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social**: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível. São Paulo: Boitempo, 2010.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma, Revisionismo e Oportunismo**. Rio de Janeiro:

LAEMMERT, 1899/1970.

MAGALHÃES, Luciana de Oliveira Rocha. **A Dimensão Subjetiva dos processos de inclusão escolar no movimento da Pesquisa-Trans-Formação**. Tese (Doutorado em Educação: Psicologia da Educação). São Paulo, PUCSP, 2021.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1845/1979.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro Primeiro: o processo de produção do capital, volume I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1867/2008.

OXFAM. A Desigualdade Mata, 2022. **Oxfam International** January 2022. Autor principal: Nabil Ahmed. Co-Autores: Anna Marriott, Nafkote Dabi, Megan Lowthers, Max Lawson, Leah Mugehera. Gerente de comissionamento: Dana Abed. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/a-desigualdade-mata/>

PAGAIME, Antonio et al. Educação especial na pandemia: estratégias e desafios no ensino fundamental. **Cadernos de Pesquisa**, v. 52, p. e09665, 2022. DOI: 10.1590/198053149665

PESCE, Marly Krüger de; VOIGT, Jane Mery Richter; CORDEIRO, Aliciene Fusca Machado Discussão de resultados de pesquisas sobre impactos da pandemia nas práticas pedagógicas da Educação Básica. **Educação**, v. 48, n. 1, e129/1-20, 2023. DOI: 10.5902/1984644485145

SAWAIA, Bader B Burihan. A psicologia sócio-histórica: um referencial de análise e superação da desigualdade social. **Psicologia & Sociedade**, 26 (n. Spe. 2), 1-3, 2014. DOI: 10.1590/S0102-71822014000600001.

VIGOTSKI, Lev Semionovitch. A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal 1924-1931. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 4, p. 861-870, dez. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022011000400012.

VIGOTSKI, L. S. Psicologia concreta do homem (Manuscritos de 1929). **Educação e Sociedade**, vol. XXI, núm. 71, julho, 2000, pp. 21-44. Centro de Estudos Educação e Sociedade, Campinas, Brasil. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v21n71/a02v2171.pdf>.

Submetido em: 04-11-2024

Aprovado em: 19-08-2025

© 2025 Programa de Pós-Graduação em Educação da Universitária Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó
Este é um artigo de acesso aberto distribuído nos termos de licença Creative Commons.

